

O ARQUIVO LITERÁRIO COMO FIGURA EPISTEMOLÓGICA

Reinaldo Marques
(UFMG)

RESUMO

Este artigo discute e faz um esboço histórico do processo pelo qual as Universidades brasileiras têm se tornado depositárias de acervos de escritores, tornado-se instituições voltadas também para a manutenção e preservação de arquivos literários. O autor busca conceituar a prática do arquivo de uma perspectiva genealógica e arqueológica, na linha de Nietzsche, Foucault, Derrida.

PALAVRAS-CHAVE: arquivo, memória literária, fontes primárias

apenas o que não cessa de causar dor fica na memória.

F. Nietzsche, Genealogia da moral.

Se há história, se há acontecimentos, se ocorre alguma coisa cuja memória se pode e se precisa guardar, é precisamente na medida em que atuam entre os homens relações de poder, relações de força e certo jogo de poder.

M. Foucault, Em defesa da sociedade.

Ao ingressar no território complexo da memória, do arquivo, tomo aqui as epígrafes de Nietzsche e Foucault como provocação, para aguçar o pensamento, colocando-o em estado de alerta. Do primeiro, vale a lembrança de que a dor foi sempre um grande auxiliar da mnemotécnica, de que a construção da memória ao longo do tempo foi marcada por sacrifícios, martírio e sangue. E que o esquecimento, implicando o fechar portas e janelas da consciência, constitui uma força ativa, capaz de propiciar a emergência do novo na história. Do segundo, a advertência instigante de que o arquivo é atravessado pelo jogo do poder. E o poder, para Foucault, é eminentemente relacional: supõe forças em relação, tensionadas pelo conflito. De sorte que a

memória se constitui como um campo de lutas políticas, em que se confrontam diferentes relatos da história, visando ao controle do arquivo. Pensar o arquivo demanda, pois, uma atenta consideração das operações da memória e do esquecimento, de suas interconexões.

* * * *

Observa-se atualmente um interesse crescente pela custódia e instalação de acervos literários, envolvendo tanto instituições do campo público, ou estatal, quanto do âmbito privado, ou de caráter misto, a exemplo das universidades, dos institutos e fundações culturais de bancos ou empresas. Interesse que se avulta num contexto de economia globalizada e de afirmação de uma cultura global, com profundos impactos no campo das memórias locais. Contexto marcado por um complexo jogo de forças em relação, que resulta na produção seja de homogeneidades e semelhanças – o vetor global – seja de heterogeneidades e diferenças – o vetor local – culturais. De sorte que o global e o local se encontram mutuamente implicados, instaurando campos de tensões em que se confrontam o próprio e o alheio, o mesmo e o outro, o próximo e o distante.

Com isso, assiste-se a um significativo deslocamento dos arquivos de escritores, de suas bibliotecas e coleções: da casa, do espaço doméstico, familiar – uma instância do privado –, para centros de documentação e pesquisa de universidades ou para institutos culturais de empresas. Trânsito precedido de intrincadas negociações entre as partes – o escritor, seus herdeiros ou familiares, e as instituições –, formalizadas em termos de doação, venda, ou comodato. Nessa passagem, os acervos literários são drasticamente afetados quer em termos topológicos, da acomodação espacial dos materiais, quer no sentido nomológico, dos princípios de organização e operação dos arquivos. Tornam-se objeto de tratamento por parte de saberes especializados, como a arquivística, a biblioteconomia, a museologia, além das disciplinas próprias do campo dos estudos literários, históricos e culturais. Tratamento que acaba realçando a diversidade de materiais que constituem os arquivos literários, seu caráter híbrido – um misto de biblioteca, arquivo e museu. A esses acervos agregam-se, pois, novos valores: histórico-cultural, estético, acadêmico, expositivo, econômico.

Alocados nas universidades, em fundações ou institutos culturais, os acervos literários constituem hoje importante fonte documen-

tal de pesquisa, com fortes repercussões nos estudos literários e culturais. Alimentam a elaboração de estudos, dissertações e teses na Pós-Graduação das universidades. Objeto de tratamento cenográfico e museográfico, os arquivos dos escritores mobilizam os olhares de estudiosos, aficionados, leitores e espectadores, adquirindo um valor expositivo, ou estético, como no caso dos manuscritos literários, das coleções de obras de arte. E, ao possibilitarem o contato com documentos do escritor – rascunhos e manuscritos de suas obras, correspondências, etc. –, os arquivos literários produzem certo fascínio, relacionado talvez com a promessa de acesso à origem das obras de arte literária, a possibilidade de desvendamento das operações de uma intencionalidade criadora, ou de enunciação de verdades abrangentes.

Em suas novas locações, sacados das sombras do mundo doméstico e privado, os arquivos literários adquirem outras funções, viabilizando novos enunciados e operações do nosso imaginário cultural. Como tal, a fim de entender sua nova configuração, funcionamento, e de lidar criticamente com o seu fascínio, suas possibilidades e limites, importa pensar os arquivos literários como uma figura epistemológica, desenhada a partir de determinadas práticas discursivas – arquivística, museológica, biblioteconômica, dos estudos históricos, literários e culturais, etc. Penso constituir-se esse num importante desafio especialmente para os pesquisadores dos estudos literários e culturais. Como forma de se entender o papel mediador quer da literatura, deslocada do centro da cultura no âmbito da pós-modernidade, quer dos próprios arquivos literários, alçados à condição de objeto epistemológico. Enquanto mediadores culturais, os arquivos literários constituem-se em instância de produção de valores estéticos e simbólicos.

Nessa direção, como um primeiro e significativo passo, coloca-se a necessidade de se elaborar uma história dos arquivos literários. Penso particularmente numa história local, no Brasil. Como forma de se confrontar com o fascínio da origem, apontando os momentos de emergência da figura desses arquivos numa rede de discursos, sua apreensão por instâncias institucionais. Restringir-me-ei aqui a apresentar alguns argumentos em favor da construção de uma história dos arquivos literários no Brasil, sob uma perspectiva arqueológica, genealógica.

Por uma história dos arquivos literários no Brasil

Embora tenha seus primórdios com a atuação destacada de alguns modernistas nos anos de 1930, como Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, em prol da organização e preservação do nosso patrimônio histórico e cultural, a constituição e o cuidado com acervos e arquivos literários, como ação mais sistemática e vinculada à produção de conhecimento, são tardios entre nós (cf. MARQUES, 2004). Basta ter presente dados relativos à criação de nossos principais centros de documentação literária para que isso se comprove. Relaciono aqui, sumariamente, alguns deles: 1) Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1962 por iniciativa de Sérgio Buarque de Holanda; 2) Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, instalado em 1972; 3) Centro de Estudos Murilo Mendes (CEMM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), implementado a partir de 1978, com a doação de parte da biblioteca e do acervo de artes plásticas do poeta juizforano Murilo Mendes; 4) Acervo de Escritores Sulinos, sediado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), implantado em 1982, com a organização dos documentos legados por Érico Veríssimo; 5) Centro de Documentação Alexandre Eulálio, criado em 1984 no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, como espaço apropriado para a organização e conservação de materiais recolhidos ou pelas pesquisas dos docentes; 6) Fundação Casa de Jorge Amado, instalada em 1986, no Centro Histórico de Salvador e Largo do Pelourinho, para abrigar os arquivos e divulgar a obra do escritor baiano; 7) Acervo de Escritores Mineiros, composto pelos fundos documentais de Henriqueta Lisboa, Murilo Rubião, Oswaldo França Júnior, Abgar Renault e Cyro dos Anjos, e criado em 1989, junto ao Centro de Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Como se vê, a instalação desses centros dedicados a organizar e preservar nossos arquivos literários situa-se basicamente no contexto dos anos 70 e 80 do século passado, marcado por uma intensa preocupação com os lugares da memória e, ao mesmo tempo, por forte pressão de mecanismos de amnésia social e histórica. Assiste-se, de um lado, a uma fetichização do passado, convertido em mercadoria no Disney World, e, de outro, vive-se uma crise da memória. Crise alimentada pelas transformações de nossas concepções do passado e das

relações com ele estabelecidas. Antes transparente, mantendo vínculos naturais com o presente, segundo uma concepção linear e evolutiva do tempo histórico, a natureza do passado tornou-se opaca, fonte de incertezas e inquietações (cf. MENESES, 1999).

Nesse contexto, cabe destacar o papel importante das universidades brasileiras na tarefa de preservação do nosso patrimônio arquivístico, bibliográfico e até mesmo museológico (cf. CAMARGO, 1999). Demonstra-o a criação de diversos centros de documentação e de memória no interior das universidades, sobretudo na área das ciências humanas, dedicados ao trabalho de reunião, organização e preservação de arquivos e coleções, de conjuntos documentais diversos. Assim, à função original de geração de novas informações, conhecimentos, as universidades incorporaram também a tarefa de organização e preservação de fontes primárias de pesquisa. Em face da carência de investimentos por parte do poder público na preservação de seu patrimônio arquivístico e às dificuldades de acesso às fontes originais de pesquisa, essa função acabou se transferindo parcialmente para as universidades.

Com isso, a criação dos centros de documentação e memória, a geração e preservação de arquivos nas nossas instituições universitárias contribuem também para o cuidado com a documentação local, para a preservação da memória regional, além de tornar a informação mais próxima do pesquisador. Os acervos e arquivos literários constituem hoje importantes lugares de produção do conhecimento sobre a nossa literatura e cultura, alimentando pesquisas em nível de Graduação e de Pós-Graduação. E ampliam as possibilidades de cidadania, na medida em que transformam a informação especializada em conhecimento público, ao torná-la acessível ao maior número de pessoas. Fato que se deve, em larga medida, à preocupação de muitos escritores e intelectuais de constituir seus arquivos pessoais (cf. MARQUES, 2003).

A implementação tardia dessa rede de acervos e arquivos literários no Brasil, sobretudo nas universidades, já faz por merecer uma mirada histórica capaz de apreender seus problemas, desafios e possibilidades. Especialmente porque há, de um lado, um número crescente de pesquisadores e bolsistas envolvidos em projetos de pesquisa vinculados a esses arquivos e, de outro, aumenta a demanda por maiores recursos públicos capazes de garantir tanto o êxito das pesquisas quanto a manutenção e expansão de tais acervos.

Para tanto, faz-se necessário construir uma história dos arquivos literários no Brasil de uma perspectiva genealógica e arqueológica (cf. NIETZSCHE, 1998; FOUCAULT, 1982, 1987, 1999; DERRIDA, 2001). Uma história mais atenta às relações entre discurso e poder que conhecimento e verdade; focada mais nas descontinuidades históricas, nos momentos de ruptura, que nas continuidades; à espreita dos mecanismos e procedimentos, os mais sutis, de seleção, normalização e disciplinamento dos saberes; ligada aos processos de exteriorização e impressão das formas e sujeitos. Uma história, enfim, ciente de que as origens estão rasuradas, perdidas, e que os acontecimentos somente nos são acessíveis pela mediação de documentos e monumentos, em seus usos pelo poder. Trata-se, pois, de uma história efetiva construída a partir de um olhar micrológico, dotada de um caráter mais fragmentário, sem ambições totalizantes, como forma de se contrapor a uma história abstrata e idealista, evolutiva e teleológica.

Ao pensarmos a história dessa perspectiva, estaremos mais aparelhados para lidar com a heterogeneidade dos materiais que compõem os acervos literários – manuscritos, datiloscritos, livros, revistas, fotos, correspondências, cartazes, obras de artes plásticas, vídeos, objetos pessoais, mobiliário, etc. –, dotando-os de um caráter híbrido, uma mistura de arquivos documentais, de museu e biblioteca. Estaremos mais preparados ainda para examinar a multiplicidade de discursos – teórico, histórico, crítico, ficcional, memorialístico, biográfico, autobiográfico, epistolar, etc. – que tais acervos mobilizam, exteriorizam, e cujos limites se revelam cada vez mais tênues, propiciando contaminações de uns pelos outros. Por fim, de um lado, poderemos ter uma compreensão mais adequada da complexidade dos problemas e dos desafios que marcam o trabalho com os acervos literários, relacionados em termos mais gerais a uma política da memória como campo de enfrentamento de interesses e de projetos sociais e culturais conflitantes; e, de outro, enfrentar criticamente a sedução do trabalho com os arquivos, cujas fontes documentais parecem nos prometer a verdade da obra de arte, o acesso à intencionalidade primeira que a constituiu, fazendo-nos esquecer muitas vezes o caráter construído do documento, dos arquivos.

Quanto à formulação dos problemas a serem examinados a partir da elaboração da história aqui proposta, importa indagar: De que forma a constituição dessa rede de arquivos e as pesquisas aí desen-

volvidas afetam o campo disciplinar dos estudos literários e culturais? Contribuem para revitalizar suas disciplinas acadêmicas ou, ao contrário, agudizam a crise do paradigma disciplinar moderno? Que discursos, categorias e objetos são valorizados e, em contrapartida, que outros são subalternizados e assujeitados? Que relações de força atravessam a composição desses laboratórios da memória literária, conformada muitas vezes pelo paradigma do estado-nação moderno hoje em crise? Que papel tem desempenhado instituições, públicas e privadas, e pessoas (professores, pesquisadores, estudantes, arquivistas, bibliotecários, leitores) nessa história? Quais as implicações resultantes do trânsito dos acervos literários da esfera privada – do escritor e de sua família, herdeiros – para a esfera pública, como no caso das universidades? Como se confrontam nessa operação o direito do indivíduo à privacidade e o direito da sociedade de ter acesso à informação? Que ordenamentos jurídicos regulam tal conflito? Em termos de seus suportes, qual o impacto das novas tecnologias, da memória eletrônica, nos arquivos literários?

As perguntas acima apontam para uma gama variada de questões. O enfrentamento das mesmas poderá ser feito tendo em vista aqueles dois princípios apontados por Jacques Derrida em sua descrição arqueológica da própria noção do “arquivo”, ao tomá-la a partir da sua raiz grega – *Arkhê*. Um princípio topológico, de natureza física, relativo a começo e que remete ao lugar, ao suporte do arquivo; e um princípio nomológico, da lei, relativo a comando, implicando um direito, o exercício de autoridade (DERRIDA, 2001, p. 11-14). No caso dos arquivos literários, cabe destacar, quanto ao aspecto topológico, uma operação de localização, de domiciliação, em que a casa, a morada do escritor torna-se o depósito/suporte de seu arquivo. Em relação ao segundo aspecto, o nomológico, remete à forma como o escritor ordena, organiza o seu arquivo, revelando uma intencionalidade, garantindo certa autoridade hermenêutica. Significativa ainda é a passagem – de natureza complexa – do privado ao público, em que a casa do escritor torna-se um museu, um arquivo, aberto à comunidade. Ou em que seu acervo é confiado à guarda de uma instituição pública e de seus arcontes, os guardiões dos arquivos – universidade, centro de memória, de documentação, biblioteca, etc.

Nessa direção, é possível formular algumas hipóteses interpretativas para os problemas assinalados. Minha percepção é a de

que o trabalho em arquivos literários, fomentando a pesquisa com fontes primárias, mais do que contribuir para revitalizar as disciplinas dos estudos literários, a exemplo da história da literatura (cf. ZILBERMAN et al., 2004, p. 11-16), aprofunda a crise do paradigma disciplinar moderno, ao incrementar o trânsito entre os saberes, as tópicas transdisciplinares, desvelando um cenário pós-disciplinar. Na medida em que problematizam categorias canônicas dos estudos literários, tais como: texto, obra, autor, valor estético universal, os saberes do arquivo tornam mais rarefeitos os fundamentos das disciplinas acadêmicas.

Deve-se ter presente ainda o direito da sociedade à informação alocada e ao conhecimento produzido nos arquivos literários, quando mantidos por dinheiro público. O que demanda tanto o investimento em novos suportes e dispositivos da memória, como os arquivos eletrônicos, a rede universal, com a digitalização da memória cultural, quanto um novo ordenamento jurídico das relações entre o interesse público e o direito privado que afetam a pesquisa em centros de documentação e memória.

O enfrentamento dos problemas e desafios que se colocam para o trabalho com os acervos literários e culturais supõe, portanto, a elaboração de teorias locais do arquivo. Nessa direção, a fim de montar a história aqui sugerida, caberia desenvolver a tese dos arquivos literários no Brasil como locações tardias do moderno, com atenção especial às suas dimensões espacializantes. Como forma de, ao narrativizar os arquivos literários, desconstruir a ordem original, a intencionalidade que os erigiu, operando outras análises e interpretações que afirmem novas possibilidades de articulação de nossa história cultural. Aliado a essa perspectiva, entendo que seria instigante também relacionar os arquivos literários ao conceito de sobrevida, a partir de Walter Benjamin e Jacques Derrida, na medida em que esses arquivos propiciam a sobrevivência da memória cultural e literária, e sua interação com outros tempos, contextos, leitores.

A elaboração dessa história dos arquivos literários possibilitará, a meu ver, examinar os impactos das atividades e pesquisas neles desenvolvidas, sobre os campos disciplinares dos estudos literários e culturais, detectando problemas e desafios. Contribuirá também para situar cada arquivo específico num contexto histórico mais amplo, podendo subsidiar a tomada de decisões e a implementação de ações

com vistas a superar as dificuldades detectadas e a enfrentar os desafios vislumbrados. Ademais, além de estimular o interesse por trabalhos e pesquisas com fontes primárias da literatura, poderá ainda contribuir para uma maior interação entre pessoas e instituições envolvidas com o trabalho em arquivos e museus literários.

No que concerne a aspectos metodológicos, a teorização e a articulação de uma história dos arquivos literários no Brasil deve estar atenta àquela natureza heterogênea e híbrida dos materiais e objetos que os constituem. Dotados de um caráter aberto, dinâmico, os arquivos estão sempre inacabados, na medida em que podem acolher novos documentos e materiais. Pode-se dizer que são um verdadeiro *work in progress*. Dessa maneira, em termos dos referenciais teóricos da pesquisa, sua abordagem deve-se dar a partir de uma metodologia transdisciplinar e comparatista. Comparatista, porquanto cada arquivo, em cada tempo e lugar, privado ou institucional, comporta uma história e uma configuração particulares, irredutíveis a uma história totalizante. Transdisciplinar, uma vez que, em sua constituição heteróclita, os arquivos literários mobilizam, em sua localização espacial, catalogação, organização, conservação e disponibilização para o público, diversos saberes e ofícios: da arquivística e ciências da informação, da museografia e cenografia, da informática e performática, da física e química, da história e sociologia, a par dos saberes atinentes ao campo próprio dos estudos literários: teoria, crítica, história e comparatismo literários.

A postulação de um enfoque arqueológico e genealógico para tal história pressupõe um diálogo seja com o pensamento de Nietzsche, Michel Foucault e Jacques Derrida, seja com o direito, dado que tais arquivos, no seu trânsito de espaços privados para espaços públicos, implicam certa ordem jurídica, direitos e responsabilidades por parte dos sujeitos envolvidos. Há que se ter presente também a natureza discursiva desses arquivos, as peculiaridades de seus enunciados, marcadas pela confluência acima apontada de múltiplas e entrecruzadas escrituras. Entendidos os arquivos literários enquanto instâncias de produção de discursos, cabe perguntar: quem os profere? que posições ocupa no seu circuito de transmissão? a partir de que lugares? quais as estratégias de enunciação? que relações tais discursos estabelecem com outros discursos, compondo uma rede interdiscursiva? A resposta a tais questões implica, metodologicamente, a consideração do agente e

do espaço de enunciação, dos seus procedimentos enunciativos, e ainda das suas relações com outros domínios quer discursivos, quer não-discursivos.

A montagem de uma história dos arquivos literários no Brasil aqui proposta inscreve-se, pois, teórica e metodologicamente, segundo postulados desconstrutores da crítica contemporânea. Supõe uma leitura atenta aos vazios, desvios e rupturas próprios da constituição desses espaços/textos em que se configura a memória literária e cultural do país. Comporta seja a problematização de conceitos basilares – como os de história, literatura, cânone, obra, valor literário, arquivo etc. –, seja a ampliação do estatuto da recepção crítica, porquanto o arquivo do escritor constitui-se num mundo em aberto, marcado pela precariedade e pelo transitório.

ABSTRACT

This paper discusses and presents a historical sketch of the process by which Brazilian public Universities have become responsible for the preservation of literary archives. The author proposes to theorize the question of the archive from an archaeological and genealogical perspective, following the steps of Nietzsche, Foucault, Derrida.

KEYWORDS: archive, literary memory, primary sources

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999, p. 49-63.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

- _____. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- _____. Aula de 7 de janeiro de 1976. In: _____. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MARQUES, Reinaldo. O arquivamento do escritor. In: SOUZA, Eneida M. de; MIRANDA, Wander Melo (org.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p.141-156.
- _____. Loções tardias do moderno: a correspondência entre Abgar Renault e Carlos Drummond. In: BITTENCOURT, Gilda N.; MASINA, Léa; SCHMIDT, Rita T. (org.). *Geografias literárias e culturais: espaços/temporalidades*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Abralic, 2004, p. 35-48.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999, p.11-29.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Obras incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).
- ZILBERMANN, Regina et al. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.